Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
AUDITORES-FISCAIS MINEIROS DENUNCIAM DESVALORIZAÇÃO 3

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma tributária: Como a NF-e inaugura a transição digital do novo IVA 5

PORTAL R7 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Congresso volta do recesso com pressão entre Poderes e pauta represada do 1º semestre 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
"O pato está triste porque não gosta de alta de impostos" 7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Para atacar o cerne da questão - RAUL VELLOSO 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Contra tarifaço, setores pedem crédito barato e corte de impostos 11

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Lições das décadas de 1920 e 1930 sobre tarifas e mercados (Artigo) 13

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Pará arrecada R$ 35 bilhões em apenas 7 meses 15

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Milei veta reajuste aprovado para pensionistas 16

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - PORTO VELHO - RO - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
PORTO VELHO APOSTA EM TECNOLOGIA PARA AMPLIAR CONTROLE SOBRE DINHEIRO PÚBLICO 17

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA
A dinâmica do caos - ELIANE CANTANHÊDE 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Câmbio cai 0,69% com sinais de interferência de Trump na economia 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Acordo com UE é urgente, diz câmara francesa 20

G1 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL
INSS cancela permissão de 8 associações para crédito consignado em benefícios de aposentados 22

AUDITORES-FISCAIS MINEIROS DENUNCIAM DESVALORIZAÇÃO

BERNARDO ESTILLAC

Uma pesquisa realizada pelo Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais (Sindifisco-MG) questiona as condições de trabalho e a perspectiva para o corpo técnico da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF-MG). O levantamento, feito durante o mês de abril, ouviu 300 funcionários da pasta e chegou à conclusão de que quase a totalidade dos servidores considera o atual estágio da gestão das finanças mineiras ineditamente precário. Os representantes da categoria também demonstram preocupação com um cenário de perda de profissionais em um momento crucial para o pagamento da dívida com a União e a preparação para a **reforma tributária**.

Com um questionário de perguntas objetivas, a pesquisa promovida pelo sindicato aponta para uma insatisfação quase integral do corpo técnico da Fazenda em Minas. Com análises qualitativas, 98% dos auditores-fiscais de Minas dizem nunca ter visto cenário tão grave na pasta; 97,5% consideram o atual secretário Luiz Cláudio Gomes distante do diálogo com os servidores; e 98,9% afirmaram não terem sido consultados de nenhuma forma sobre o acordo para repactuação das perdas da Lei Kandir.

A pesquisa foi feita pela primeira vez pelo Sindifisco. A iniciativa leva em consideração a preocupação do sindicato em relação à competitividade da Fazenda de Minas em relação às secretarias de outros estados. A falta de profissionais é considerada pela categoria como um risco ao momento fiscal mineiro, em vias de renegociar a bilionária dívida com a União e de adequação interna às regras da **reforma tributária**.

"Vários estados promoveram a reestruturação de suas administrações tributárias fazendo concursos e capacitando suas equipes. Eles estão valorizando o corpo de auditores-fiscais por causa da reforma. Será necessário muito trabalho e muita investigação. Minas contratou 430 auditores em 2023, treinou essas pessoas durante um ano, lhes deu condições para exercer a profissão e agora está perdendo esse pessoal para outros estados", diz Matias Bakir, presidente do Sindifisco.

Ele questiona a falta de um plano de carreira para os auditores-fiscais mineiros e de instrumentos de gestão de pessoal: "Nós não temos na Secretaria da Fazenda uma Superintendência de Recursos Humanos, por exemplo".

A pesquisa corrobora as reclamações do sindicato ao apontar que 100% dos participantes disseram desconhecer qualquer plano, projeto ou debate sobre o futuro da pasta, enquanto 98,6% dizem desconhecer qualquer iniciativa de valorização do corpo técnico da secretaria nos últimos sete anos.

Bakir aponta que, nos últimos dois anos, houve uma perda de profissionais compatível com um quarto das novas contratações realizadas em 2023. Ele também reclama do que considera um descompasso entre o peso econômico de Minas Gerais no país e a remuneração dos auditores-fiscais do estado.

"Em um ano e meio nós perdemos 100 auditores, cerca de 25% das contratações realizadas no período. Eles foram nomeados em 2023 e já saíram. Mas, saíram porque não veem condições, não tem futuro na carreira. Hoje, nós somos a 26? remuneração do país, enquanto somos a segunda maior arrecadação e o terceiro maior **PIB** (Produto Interno Bruto)", afirma.

Falta de diálogo

Em 2020, o governo de Minas Gerais assinou um acordo em que concordou em receber R$ 8,7 bilhões para reparação das perdas da Lei Kandir. A medida em questão foi aprovada em 1996 e isentou a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para a exportação. A medida prejudicou estados, como Minas e o Rio de Janeiro, que têm a base de sua economia na mineração e extração de petróleo.

O acordo mediado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e firmado ainda no primeiro mandato de Romeu Zema (Novo) é, ainda hoje, criticado por auditores por ser considerado pouco vantajoso. Há cálculos que entendem que a perda arrecadatória associada à Lei Kandir supera a casa dos R$ 100 bilhões. Segundo a pesquisa do Sindifisco, 98,9% dos servidores da Fazenda disseram não ter sido consultados sobre a decisão.

O episódio ilustra o que o presidente do sindicato considera uma falta de participação dos auditores-

fiscais nas decisões importantes da Secretaria de Fazenda, o que inclui o refinanciamento da dívida de cerca de R$ 170 bilhões com a União dentro do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), por exemplo.

"Existe uma equipe mais próxima do governador. O secretário da Fazenda veio do Rio de Janeiro após a adesão do estado vizinho ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Eles faliram o Rio e vieram para cá. Depois que o Gustavo Barbosa saiu da secretaria, entra o Luiz Cláudio, que é da mesma equipe", afirma Bakir.

A reportagem procurou a Secretaria de Estado de Fazenda para um posicionamento acerca da pesquisa e dos questionamentos movidos pelo Sindifisco. Até o fechamento desta edição, não houve resposta.

Site: https://digital.em.com.br/flip-login/

Reforma tributária: Como a NF-e inaugura a transição digital do novo IVA

A contagem regressiva para a implementação do novo sistema de tributação sobre o consumo no Brasil já começou. A partir de 1º de janeiro de 2026, o modelo do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pelo IBS e CBS, começa a valer, ainda que com base em alíquota de teste. Para as empresas, o alerta é claro: a adaptação à nova Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) não é mais uma recomendação técnica, mas uma exigência operacional.

As mudanças na estrutura da NF-e foram formalizadas pela Nota Técnica 2025.002-RTC, versão 1.10, e antecipam a transformação do atual modelo para um sistema que visa consolidar a cadeia de créditos e aprimorar o controle fiscal. A partir de 2026, o descumprimento das novas exigências resultará na rejeição da emissão de documentos fiscais e, portanto, no impedimento de faturamento.

Essa transição digital tem como pilar a reestruturação dos campos fiscais e a inclusão de identificadores específicos para IBS e CBS. Embora tecnicamente complexa, a medida busca uniformizar a apropriação de créditos e garantir a confiabilidade das informações declaradas ao fisco. Ao mesmo tempo, foram criados eventos de pós-emissão -como o aceite de débito por nota de crédito e a destinação para uso pessoal - que ampliam o leque de controle sobre operações declaradas.

Desde julho de 2025, a **Receita Federal** coordena, com apoio do Serpro, o projeto piloto da **Reforma Tributária** do Consumo. Nele, 66 empresas já operam em ambiente de produção restrita, com previsão de expansão para até 500 participantes até o fim do ano. Essa etapa permite testar, em tempo real, as novas funcionalidades, validar cálculos e simular os procedimentos de apuração assistida que estarão disponíveis a todos os contribuintes.

O cronograma é apertado. A partir de janeiro de 2026, as empresas do regime normal e optantes pelo Simples Nacional com receita superior a R$ 3,6 milhões terão que cumprir as novas exigências da NF-e. Microempresas e MEIs terão até janeiro de 2027. As tabelas de códigos de classificação e situação tributária já foram publicadas, e mudanças no DANFE estão em análise.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Do ponto de vista prático, o período de transição (2026 a 2032) impõe uma dupla convivência tributária. As empresas terão que lidar com registros simultâneos do sistema antigo (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) e do novo (IBS, CBS e IS), o que implicará ajustes relevantes na escrituração fiscal digital. O desafio inclui parametrização dos sistemas, treinamento de equipes, diálogo com fornecedores e atualização constante de normas.

Mais do que uma alteração legislativa, a reforma impõe uma transformação operacional. O novo modelo exigirá das empresas um domínio técnico refinado sobre as novas regras de cálculo, estrutura da NF-e e lógica de apuração do IVA. O correto preenchimento e interpretação dos novos campos fiscais será essencial para evitar autuações e inconsistências formais.

A apuração assistida, cuja lógica já está em teste no ambiente piloto, será um dos principais instrumentos para mitigar riscos. Ao permitir que o contribuinte confira os cálculos apresentados pelo Fisco e faça ajustes antes do recolhimento, a medida tem potencial para reduzir litígios e aumentar a segurança jurídica. Mas sua eficácia dependerá diretamente da qualidade das informações prestadas.

Nesse contexto, empresas que tratarem a reforma como prioridade estratégica, investindo em tecnologia, capacitação e compliance fiscal -estarão mais preparadas para os impactos da nova estrutura tributária. A transição será longa, mas já começou. E quem se antecipar, poderá transformar a obrigação legal em diferencial competitivo.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL
Reforma tributária: Como a NF-e inaugura a transição digital do novo IVA

Site: https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2025/08/reforma-tributaria-como-a-nf-e-inaugura-a-transicao-digital-do-novo-iva.shtml

Congresso volta do recesso com pressão entre Poderes e pauta represada do 1º semestre

Brasília|Rute Moraes e Lis Cappi, do R7, em Brasília

O Congresso Nacional retoma as votações nesta terça-feira (5), após o recesso informal do meio do ano. Câmara e Senado voltam às atividades justamente na semana em que entram em vigor as tarifas de 50% impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros, a partir de quarta-feira (6).

Lideranças da oposição cobram do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) uma resposta mais direta, como um contato telefônico com o presidente norte-americano, Donald Trump. Até o momento, o governo não confirmou qualquer avanço nas tratativas.

Além das pressões sobre o Planalto, o retorno das sessões ocorre em meio ao acirramento das tensões entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF), devido a recentes decisões do ministro Alexandre de Moraes, tanto em relação ao IOF como no caso da prisão domiciliar de Jair Bolsonaro .

Na mais recente, proferida na segunda-feira (4), Moraes determinou que o senador Marcos do Val (Podemos-ES) use tornozeleira eletrônica e cumpra recolhimento noturno. A única exceção permite a presença nas votações do Senado .

A medida foi motivada pelo descumprimento de restrições anteriores, no âmbito de uma investigação sobre tentativa de obstrução de apurações da Polícia Federal e incitação a crimes contra delegados e ministros da Corte.

A ordem de instalar a tornozeleira no senador veio duas semanas após o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) também ser submetido à mesma medida, gerando forte reação entre seus apoiadores.

Em ambos os casos, congressistas alegam interferência do Judiciário sobre competências exclusivas do Legislativo. Há articulação para tentar reverter a decisão relacionada a Do Val.

O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) informou que pretende apresentar requerimento para que o plenário delibere sobre a manutenção ou revogação das medidas cautelares impostas.

Até a publicação desta reportagem, o presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP), não se pronunciou sobre o tema. A reportagem segue à disposição. Oposição também promete cobrar posicionamento oficial.

Conforme apurado pelo R7 , cerca de 80% das prioridades legislativas anunciadas pelo governo federal em 2025 ainda aguardam apreciação. Das 47 propostas listadas como estratégicas, nove avançaram até o momento; as demais seguem pendentes.

Entre os temas que devem dominar a pauta da Câmara, destacam-se a PEC da Segurança Pública, o projeto que reduz benefícios fiscais e a proposta que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda.

No Senado, estão previstas votações relevantes, como a do segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária** e da PEC que propõe o fim da reeleição para cargos do Executivo, além da adoção de mandatos de cinco anos.

Ainda neste semestre, a Câmara dos Deputados deve analisar dois processos de cassação. Um envolve Carla Zambelli (PL-SP), condenada pelo STF à perda de mandato e a dez anos de prisão. O caso está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O outro diz respeito a Glauber Braga (PSOL-RJ), cujo processo recebeu parecer favorável à cassação no Conselho de Ética. A decisão final depende de votação em plenário.

Fique por dentro das principais notícias do dia no Brasil e no mundo. Siga o canal do R7 , o portal de notícias da Record, no WhatsApp

Site: https://noticias.r7.com/brasilia/congresso-volta-do-recesso-com-pressao-entre-poderes-e-pauta-represada-do-1-semestre-05082025/

"O pato está triste porque não gosta de alta de impostos"

ROSEANN KENNEDY

Paulo Skaf - Empresário, já foi presidente da Fiesp por duas outras vezes, em 2004 e em 2011.

É filiado ao partido Republicanos

E leito ontem para presidir a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) a partir de janeiro de 2026, o empresário Paulo Skaf deixa claro, nesta entrevista exclusiva à Coluna do Estadão, que seu retorno ao comando da instituição - quatro anos após deixar o posto - significará a retomada do tom crítico em relação à política econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, aos juros elevados e ao aumento de **impostos**.

Uma das marcas da gestão passada de Skaf foi o pato inflável amarelo, exposto na Avenida Paulista. O boneco virou sinônimo de críticas à alta carga tributária brasileira e, depois, também foi usado nas manifestações pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Atualmente, uma versão em miniatura de borracha ainda fica atrás de sua mesa no escritório, e Skaf brinca dizendo que "o pato está triste porque não gosta de aumento de imposto.

Esse negócio do IOF não o deixou feliz, não".

"Mais imposto é o que a sociedade brasileira não quer e não aceita mais. Então a Fiesp sempre teve uma postura muito forte contra o aumento de imposto e vai voltar a ter", avisa.

O sr. é eleito num momento em que o Brasil está às vésperas de enfrentar o tarifaço do governo Trump.

Qual deve ser o papel da Fiesp neste momento?

Nós temos uma certa urgência para essas providências do tarifaço.

Então, eu espero, e vou fazer tudo como presidente eleito para que a Fiesp se envolva e ajude as empresas de todas as formas. A grande preocupação é que grande parte dos setores que estão taxados em 50% são predominantemente pequenas e médias empresas, que têm mais dificuldade.

O sr. pretende bater à porta do governo americano para tentar negociar, a exemplo do que fizeram alguns empresários, caso da Embraer?

Embora o meu mandato comece em 1.º de janeiro, eu vou estar à disposição dos setores produtivos. Mas, para o ano que vem, eu pretendo fazer um trabalho de forma permanente que vou chamar de diplomacia empresarial. Nós não podemos esperar as situações já críticas para correr atrás dos nossos parceiros e dos governos, como está acontecendo agora. Temos de nos isolar das tempestades políticas. A economia, os negócios não combinam com brigas e confusões.

Negócios combinam com serenidade, com tranquilidade. Essa diplomacia empresarial vai significar um trabalho permanente.

Empresas brasileiras, empresas americanas, a Fiesp (vai) ajudar esse entrosamento, identificando mercados, ajudando nos contatos com os dois governos. Nesse sentido, um dos nossos conselhos, que é o conselho de Relações Internacionais, eu farei esse conselho global e o presidente será o embaixador Roberto Azevedo, que foi presidente da OMC. E compondo esse conselho com as melhores cabeças, vamos ter um conselho que tenha visão global e faça com que a Fiesp pratique a diplomacia empresarial e ajude a não ter situações em que os setores produtivos possam ser afetados devido a questões que não têm nada a ver com a vida das empresas, do emprego, das relações dos países.

A Fiesp erra ou demora em procurar diretamente os EUA neste momento?

Neste momento eu não quero falar em nome da Fiesp. A Fiesp tem seu presidente, sua diretoria, e cabe a eles tomar as decisões, as iniciativas.

Como trabalhar com o presidente Lula para amenizar uma situação como essa do tarifaço, já que isso pede união de setor privado e governo, e a gente sabe que o senhor e o presidente Lula sempre foram adversários no campo político?

Você sabe que, neste momento, eu não tenho nenhuma ligação política partidária. E assumindo a Fiesp a partir de 1.º de janeiro do ano que vem,

naturalmente eu sempre vou respeitar os governantes que estiverem nos seus cargos. O presidente da Fiesp tem de ter um relacionamento com o presidente, governadores, ministros, prefeitos, deputados, senadores, independentemente de partidos e sempre visando o interesse do País. Na minha opinião, o governo brasileiro neste momento fez certas opções que não foram convenientes ao Brasil. Não sei por que o vice-presidente do Brasil (Geraldo Alckmin) esteve na posse do presidente do Irã. Também não entendi muito o presidente Lula estar na Praça Vermelha (em Moscou) por comemorações do Dia da Vitória. E depois de tudo isso, ainda numa reunião do Brics, o presidente do Lula discursa pela desdolarização.

Todos esses gestos provocam o nosso principal cliente de manufaturas, que é os Estados Unidos. Os EUA são os maiores investidores no Brasil. Nós temos 27% do investimento estrangeiro no Brasil, alguma coisa em torno de U$ 300 bilhões, que são empresas brasileiras de capital americano.

Então, eu creio que essas opções precisam ser revistas, porque a boa relação com a maior nação do mundo deve ser preservada e valorizada.

No caso do Brasil, Trump incluiu um fator político para impor tarifas. É uma forma de ultrapassar e afetar a soberania brasileira?

Eu acho que o caso do discurso de desdolarização, depois daquela reunião do Brics, o Trump ameaçou taxar em 100% os países que participavam do Brics. Então, nós temos de enxergar isso com clareza e tomarmos essa cautela para essa situação se acalmar.

O que motivou o sr. a voltar à Fiesp?

Não era meu plano de vida, mas a vida tem planos para você.

Houve uma iniciativa de praticamente todos os setores produtivos no ano passado. Fizeram assembleias, enfim, discutiram esse tema e teceram um abaixo-assinado convocando para participar e encabeçar a chapa das eleições deste ano.

Eu achei esse movimento tão bacana e eu gosto muito do Brasil, e isso me fez aceitar a voltar a me candidatar. E eu penso poder ajudar bastante o Brasil a partir do ano que vem.

A indústria já representou 35% do **PIB** nacional hoje acho que roda em torno dos 11%.

A indústria de transformação 12%, mais a indústria de construção, que a Fiesp representa também, mais a indústria da mineração. Aí sobe esse número acima de 20% do **PIB** se você soma todas essas áreas. Mas já representou mais. Não tenha dúvida de que houve essa mutação no mundo inteiro. A indústria de transformação sente, e sente mais no Brasil porque a indústria, falando da indústria de transformação, tem normalmente ciclos longos.

Quando você tem instabilidade, quando você tem juros altos, quando você tem o velho e sempre famoso custo Brasil, infelizmente. Os nossos concorrentes lá fora pagando juros baixos, não tendo essas dificuldades que nós temos aqui.

Esse tamanho hoje é o tamanho da indústria do Brasil, essa representatividade no **PIB**, ou ainda tem condições de voltar a patamares antigos?

Não podemos nos acomodar nesse tamanho, nós temos de aproveitar essa grande transformação.

O que a gente precisa ter são as condições que os nossos concorrentes têm. Senão você vai pegar a indústria mais moderna que tenha no mundo, você instala ela no Brasil, ela perde competitividade, porque ela vai pagar juros alto.

O imposto é alto, aí tem de ter escolta porque não tem segurança pública. Então nós precisamos consertar. Talvez o conjunto dessas coisas que me levaram a aceitar o desafio de voltar à Fiesp.

O pato volta também? Vejo trás do senhor a imagem do famoso pato da Fiesp.

Ele está lá porque é a história da Fiesp. Mas ele está lá, de vez em quando ele conversa comigo.

O pato está meio triste porque ele não gosta de aumento de imposto. Esse negócio do IOF não o deixou feliz, não.

Mas a **reforma tributária**. A **reforma tributária** é um outro desafio que nós precisamos acompanhar. Ela tem pontos positivos, tem outros pontos que dependem de regulamentação que precisam ser acompanhados.

Como, por exemplo, as alíquotas. Não estão definidas. É fundamental o acompanhamento e vamos fazer o acompanhamento desse Comitê Gestor. I

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Para atacar o cerne da questão - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Enquanto o nosso país debate como fará para se adaptar à famigerada tarifa **aduaneira** média que nos foi imposta pela nação provavelmente mais rica do mundo, sob o comando da figura, no mínimo, super polêmica, me posiciono do lado dos que, em que pese isso, acham que a caótica situação fiscal do Brasil é o problema número um que temos de enfrentar por aqui. Dito de outra forma, é o que precisa ser rapidamente diagnosticado e, ao final, equacionado. Nesse contexto, agradeço a ajuda crucial do especialista Leonardo Rolim, ex-secretário de Previdência na gestão de Jair Bolsonaro (PL).

Para tentar equilibrar as contas públicas, no dia 11 de junho deste ano, o governo federal havia editado a Medida Provisória n° 1.303, após a reação negativa do Congresso e de alguns setores produtivos a dois decretos presidenciais publicados em maio (12.466/25 e 12.467/25), que aumentavam o IOF. Esperava-se que eles tivessem um foco firme na redução dos gastos públicos, algo que não ocorreu.

Todos os que acompanham de perto as contas públicas sabem, hoje, que o grande desafio fiscal do governo é equilibrar a balanço por intermédio do controle das despesas obrigatórias, especialmente as previdenciárias, que representam, somando o Benefício de Prestação Continuada (BPC), não menos que cerca de 58,5% das despesas primárias da União.

Diante disso, havia uma grande expectativa de que essa medida provisória trouxesse alterações nas regras previdenciárias para, de fato, controlar o crescimento da despesa. É muito difícil imaginar que a despesa previdenciária iria cair sozinha, exatamente quando estamos passando por um rápido processo de envelhecimento, o que aumenta o número de aposentados.

A não ser que, se houver uma melhor gestão previdenciária, seja possível conter as fraudes, que sempre foram um problema sério na Previdência. Porém, nos últimos anos, com a evolução das fraudes cibernéticas, ganhou uma dimensão muito maior. O TCU já informou que cerca de 11% das despesas previdenciárias são indevidas.

Isso representa, pasmem, cerca de R$ 110 bilhões de reais apenas em 2025, em projeção. Se considerarmos que metade desse valor po-deria efetivamente ser economizado se o Ministério da Previdência e o **INSS** fizessem o que manda a lei, teríamos uma economia de cerca de R$ 55 bilhões.

Apenas para ter uma ordem de grandeza, conforme informado pela imprensa, existem cerca de um milhão de processos no sistema de Monitoramento Operacional de Benefícios (MOB). Historicamente, cerca de 55% desses processos levam à cessação do respectivo benefício. Isso significa dizer que estamos pagando todo mês cerca de 550 mil benefícios indevidos. Fazendo uma "conta de padaria", são cerca de 14 bilhões por ano que estão saindo pelo ralo pela falta de capacidade ou prioridade do **INSS** em combateras fraudes.

Esse é apenas um de muitos exemplos. Outro é a necessidade de revisão a cada dois anos do BPC da pessoa com deficiência. Todavia, a última vez que isso ocorreu foi em 2009. Juntando a falta de revisão do BPC com as fraudes cibernéticas, verificou-se nos últimos anos um alarmante crescimento nos gastos com tal benefício. O mesmo ocorreu com a previdência rural e com o Seguro Defeso.

Porém, o caso mais sério é talvez o aumento das despesas com o auxílio por incapacidade temporária, o antigo auxílio-doença. Nesse caso, há uma responsabilidade mais direta do Ministério da **Previdência Social** e do **INSS**, pois esse crescimento deveu-se a uma invenção fora de propósito, em setembro de 2023, do chamado Atestmed. Com essa medida, qualquer fraudador simula um atestado médico no seu computador ou celular, manda para o **INSS** e recebe o benefício sem ter que fazer perícia, nem precisar confirmar a veracidade do atestado.

A justificativa inicial do Atestmed era, pasmem, a redução das despesas com a fila do **INSS**. Qualquer um sabe que aconteceria exatamente o oposto. Iria ampliar imensamente o número de requerimentos, as despesas do **INSS** e, consequentemente, as filas. Dito e feito. O impacto do Atestmed, desde a sua implantação, deve chegar a uma ampliação de despesa na ordem de pelo menos R$ 30 bilhões.

Na MP 1.303, o governo federal finalmente reconheceu que o Atestmed foi um erro e que causa

mais despesa. Todavia tenha feito o diagnóstico certo, porém com a medicação errada. Ao invés de acabar ou remodelar completamente o Atestmed para evitar as fraudes, simplesmente reduziu seu prazo de duração para 30 dias. Isso vai diminuir o desperdício de dinheiro público, mas não vai acabar com as fraudes. Por outro lado, vai criar um retrabalho imenso para o **INSS**, que já está com a maior fila da história e ainda com o abacaxi de resolver o escândalo dos descontos associativos.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
Para atacar o cerne da questão

Site: https://digital.em.com.br/flip-login/

Contra tarifaço, setores pedem crédito barato e corte de impostos

ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

BRASÍLIA Às vésperas do início do tarifaço de 50% dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, previsto para amanhã, setores ligados à indústria e ao agronegócio intensificaram conversas com o governo para tentar definir um programa de socorro. Há pedidos por empréstimos subsidiados, redução de **impostos** e restituição acelerada de créditos acumulados ao longo da cadeia de produção, além de medidas para ajudar na manutenção dos empregos.

Ontem, após encontro com associações da agropecuária, o vice- presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, afirmou que um plano de contingência será divulgado nos próximos dias e que irá incorporar, entre outras medidas, linhas de crédito e aumento de compras governamentais, para ajudar a absorver produtos agrícolas e aumentar estoques.

Alckmin também adiantou que houve pedido dos setores para ampliar o programa Reintegra (que devolve crédito tributário acumulado ao longo da cadeia) para médias e grandes empresas.

"O plano de contingência prevê várias medidas, como crédito, pode prever compras governamentais... São várias medidas que devem estar sendo concluídas para serem anunciadas", afirmou. "A partir de hoje (ontem), as pequenas empresas vão ter 3% de restituição do valor exportado (programa Acredita Exportação, anunciado antes do tarifaço), e o pleito do setor empresarial foi estender (o programa) para as demais empresas prejudicadas na exportação para os EUA", afirmou Alckmin.

Em entrevista à BandNews, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também afirmou que o plano pode prever, no curto prazo, compras governamentais e linha de crédito subsidiado para os setores mais afetados.

Ao sair do encontro com Alckmin, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (Abipesca), Eduardo Lobo, afirmou que o governo apenas ouviu, mais uma vez, as demandas sem apresentar medidas concretas.

Ele entende que o Executivo ainda não entendeu a "urgência" do momento - adiantando, pelo menos, uma linha de crédito emergencial.

"Saímos de uma reunião na qual tínhamos muita expectativa, mas foi um pouco frustrante.

Isso porque não vieram as medidas compensatórias que já haviam sido pedidas ao governo.

Parece que o governo ainda não entendeu a urgência.

Nosso tempo é de uma semana, não de seis meses; estamos em plena safra", disse.

Segundo Lobo, o governo apontou que é preciso buscar novos mercados, e que as empresas terão ajuda para isso.

"Tudo isso leva tempo, e tempo é o que não temos agora. O setor é inteligente, é capaz de se adequar e vai sobreviver, mas é preciso uma linha de crédito emergencial, para que o dinheiro chegue na ponta." Uma das preocupações do Ministério da Fazenda é de que as propostas de socorro sejam bem delimitadas, com ajuda somente para os verdadeiramente atingidos, e tenham prazo para acabar.

Integrantes da equipe econômica lembram que o governo vem fazendo esforços para ajustar as contas públicas, e que tiveram de brigar pelo fim de programas criados durante a pandemia e que acabaram se tornando permanentes, como o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

CNI. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) elaborou oito pleitos do setor industrial, que foram entregues a Alckmin na semana passada. Na lista, figuram a criação de uma linha de crédito do BNDES, com taxas entre 1% e 4% para capital de giro; ampliação de 750 para 1.500 dias para liquidação dos Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC); a reativação do Programa Seguro Desemprego; e o adiamento por 120 dias do pagamento de **impostos** federais. "Essas são as medidas prioritárias, mas entregamos ao governo uma lista maior, com 37 propostas", afirmou Mário Sérgio Telles, diretor de Economia da CNI.

Segundo a entidade, 565 das 694 exceções ao tarifaço

de 50% estão ligadas ao setor de aviação civil. Por isso, setores industriais relevantes, como de proteína animal e de máquinas e equipamentos, serão atingidos.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq), José Velloso, disse que uma das preocupações é com o cancelamento de pedidos de exportação por parte dos americanos.

Isso fará com que os exportadores brasileiros percam as garantias junto aos bancos nos ACCs, uma espécie de empréstimo que antecipa às empresas os valores exportados. "A gente vai pedir para o BC, que é quem cuida dos ACCs em andamento, um alongamento do prazo para liquidação dos empréstimos", disse ele. l

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Lições das décadas de 1920 e 1930 sobre tarifas e mercados (Artigo)

Ian Hernett Financial Times

Donald Trump vê "tarifa" como a palavra mais bonita do dicionário. Os investidores não deveriam vê-la com tanta indulgência.

As ações americanas se recuperaram desde o choque do "dia da libertação" do presidente Trump, quando ele anunciou tarifas maiores que as esperadas. Inicialmente, isso foi reflexo da trégua na implementação das tarifas. Mas os mercados de ações continuaram subindo, mesmo com acordos bilaterais entre os EUA e seus parceiros comerciais confirmando os aumentos das tarifas. Lucros e dados econômicos vigorosos elevaram o sentimento. E os investidores parecem ter voltado a aproveitar o rali liderado pelas ações de tecnologia.

Mas há bons motivos para ter cautela com essa tendência. As tarifas anunciadas nas negociações podem não atingir níveis de "dia da libertação", mas ainda assim são substancialmente mais altas do que antes da chegada de Trump ao poder. Os consumidores enfrentarão uma tarifa efetiva média de 18,3%, caso todos os aumentos anunciados sejam implementados - o nível mais alto desde 1934, segundo cálculos do Budget Lab da Universidade Yale atualizadas até a quarta-feira da semana passada.

Desde então, Trump anunciou novos aumentos tarifários. Está claro que isso está longe de ser um cenário de normalidade. maioria dos economistas concorda que os aumentos de tarifas provavelmente levarão a um crescimento menor do **PIB** dos Estados Unidos e a uma **inflação** mais alta. Historicamente, essa combinação costuma derrubar as avaliações de preço do mercado de ações. No entanto, o impacto geral sobre as ações das empresas americanas vai depender do impacto das tarifas sobre os lucros corporativos.

As expectativas atuais de lucros para as empresas americanas indicam uma visão otimista quanto a isso. Revisões para cima das previsões de lucro superam atualmente as previsões de queda. E o consenso para os lucros projetados das empresas do índice S P 500 nos próximos meses é de 11,4%-acima da média de 10,4%clos últimos dez anos.

Esse otimismo com os lucros parece se basear em três pressupostos principais, todos eles passíveis de questionamento: 1) a economia dos EUA é grande e movida principalmente pela demanda interna; 2) as empresas conseguirão repassar os custos das tarifas para os consumidores; 3) o governo Nixon também elevou as tarifas e o impacto sobre os lucros foi relativamente limitado. Vamos examinar cada um deles.

Os EUA são, sem dúvida, uma economia mais voltada para o mercado interno em comparação com a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). As exportações respondem por apenas 11% do **PIB** americano, comparado a 28% nos países da OCDE. E o nível dos EUA é muito inferior, por exemplo, aos 31% do Reino Unido e aos 42% da Alemanha.

as também é importante lembrar que o S P 500 não representa a economia dos EUA, e nossas estimativas indicam que cerca de 41% das receitas das empresas que compõem o índice vêm do exterior. Mesmo que o impacto sobre o **PIB** dos EUA seja modesto, o crescimento poderá desacelerar em outros países como consequência do novo regime comercial. E Trump já deixou claro que espera que as empresas "absorvam as tarifas", em vez de repassar os aumentos dos custos para os consumidores.

Alguns dos meus clientes gostam de comparar as tarifas de Trump ao que aconteceu em 1971 sob o regime tarifário de Nixon, quando os lucros das empresas americanas não sofreram um impacto negativo das tarifas. Entretanto, o "choque Nixon" envolveu tarifas de apenas 10%, que foram removidas depois de quatro meses, após um acordo internacional que pôs fim à conversibilidade do dólar em ouro.

O principal risco para os investidores é que a escalada das tarifas de Trump seja, potencialmente, mais comparável aos aumentos tarifários das décadas de 1920 e 1930 - mais amplos e com horizonte mais definido do que os **impostos** sob Nixon. Dados que remontam a 1900, compilados pelo professor Robert Shiller, da Universidade Yale, mostram que as duas únicas ocasiões em que os lucros caíram tanto quanto na Grande Crise Financeira foram no início das décadas de 1920 e 1930. Coincidência ou não, isso certamente deveria ser alarmante.

As tarifas Smoot-Hawley de 1930 e seu papel na deflagração da Grande Depressão nos EUA foram amplamente discutidos. Menos conhecidas são a Lei de Tarifas Emergenciais de 1921 (que elevou as tarifas sobre produtos agrícolas), e as Tarifas Fordney-McCumbre de 1922 (que afetaram uma gama mais ampla de produtos). Como resultado dessas medidas, a tarifa média sobre bens tributáveis chegou a 38%. Embora seja difícil provar uma relação de causa e efeito, os lucros das empresas do S P caíram 61 % em 1921 e as ações americanas recuaram 44% em relação aos picos do fim de 1919.

Outro ponto notável nos episódios tarifários das décadas de 1920 e 1930 é a forte queda nas exportações globais enquanto porcentagem do **PIB** mundial - quase 3 pontos percentuais no início dos anos 1920 e mais 5% no começo dos anos 1930. Ainda que a estrutura da economia americana tenha claramente mudado desde o começo do século XX, o comércio global e o crescimento dos lucros continuam intimamente ligados. Hoje, os mercados parecem estar precificados não para uma realidade "normal", mas para um cenário ideal.

Ian Hernett é cofundador e estrategista-chefe de investimentos da Absolute Strategy Research

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188287?page=1&section=1

Pará arrecada R$ 35 bilhões em apenas 7 meses

A arrecadação de **impostos** no Pará voltou a bater recordes. De janeiro a julho de 2025, os paraenses pagaram mais de R$ 35 bilhões em **tributos**, segundo dados oficiais do Impostômetro. Somente no mês de julho, mais de R$ 5 bilhões foram recolhidos no Estado, um salto significativo em relação ao mesmo mês de 2024, quando a arrecadação ficou em R$ 4 bilhões.

No cenário nacional, o volume também impressiona. Mais de R$ 23 trilhões em **tributos** já foram pagos de janeiro a julho deste ano, sendo R$ 333 bilhões apenas em julho. Em comparação, no mesmo período de 2024, o Brasil havia arrecadado R$ 21 tri-

lhões até julho e R$ 303 bilhões somente no mês.

Para o economista Valfredo de Farias, esse crescimento da arrecadação, tanto em nível local quanto nacional, se deve à **inflação**.

"O fato é a **inflação**, né? Então, quando você paga imposto em cima de um produto mais caro, você vai arrecadar mais. Isso tem peso direto na conta final", analisa. Outro ponto destacado pelo especialista é o impacto positivo da preparação para a COP 30, que será realizada em Belém em 2025. "A COP está trazendo muito investimento e muitas empresas para o Estado. Isso movimenta o comércio, aumenta o consumo e, como consequência, aumenta também a arrecadação", explica.

Além disso, ele lembra que

houve crescimento da economia nacional, o que gera mais renda, mais produção e, consequentemente, mais **impostos**. "Quando o país cresce, as empresas faturam mais, as pessoas consomem mais, e o volume de **tributos** cresce junto. Isso também aconteceu agora".

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-138609-0508202508%20-%2096df4f8fffcd3ad9b79ff2573e4ef116.pdf

Milei veta reajuste aprovado para pensionistas

0 presidente da Argentina, Javier Milei, vetou a lei que concedia um aumento às aposentadorias e pensões por invalidez aprovado no Congresso por maioria em julho, por considerar que a medida atenta contra sua política de equilíbrio fiscal, segundo o texto publicado no Diário Oficial ontem.

O mandatário também vetou a restauração por dois anos de uma moratória que expirou em março para permitir a aposentadoria daqueles que não desejam comprovar os 30 anos de contribuições exigidas em um país com mais de 40% de trabalho informal. O Congresso agora pode insistir com as leis, mas deve reunir dois terços dos votos nas duas Câmaras.

Esta é a segunda vez que Milei veta um aumento para juros - a anterior foi em agosto de 2024.

Segundo estudos privados, os investidores são o setor mais afetado pela política de ajuste do governo, com rendimentos que representam um terço da cesta básica de um idoso.

Mais de 70% dos aposentados recebem um pagamento mínimo equivalente a 275 dólares (1.524 reais) mensais que os colocados abaixo da linha de pobreza.

O governo argumentou que se tratavam de leis "irresponsáveis", porque "não determinam a origem dos fundos, atentando contra o equilíbrio fiscal".

Os vetos ocorreram uma semana depois de um decreto presidencial que incluiu **impostos** sobre as exportações de grãos e carnes.

universidades

O presidente já havia vetado

um aumento de fundos para as universidades, que mantêm suas receitas atreladas ao orçamento de 2023, apesar da **inflação** de 211% deste ano e de 117,8% em 2024.

O veto presidencial impediu um aumento de 7,2% nas aposentadorias e uma alta de 40.000 pesos (30 dólares ou 166 reais) de um bônus mensal.

Milei também vetou a lei que declarava emergência no atendimento a pessoas com deficiência para regularizar pagamentos atrasados das prestações de saúde e garanti-los até dezembro de 2027.

A lei também restabelecia a cota trabalhista no Estado para deficientes, eliminada pela administração de Milei.

Segundo o Escritório de Orçamento do Congresso, a lei de emergência sobre Deficiência teve um impacto fiscal entre 0,22% e 0,42% do **PIB**.

O governo afirmou num **comunicado** que as leis vetadas implicavam em "um gasto adicional neste ano de mais de 7 trilhões de pesos (5 milhões de dólares ou 27 milhões de reais) e cerca de 17 trilhões de pesos (12 milhões de dólares ou 66 milhões de reais) para 2026.

A política de ajuste das aposentadorias, das universidades e do atendimento a pessoas com deficiência mobilizaram marchas e protestos de rua que foram reprimidos pela polícia, com balanço de feridos graves e

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-138609-0508202508%20-%2096df4f8fffcd3ad9b79ff2573e4ef116.pdf

PORTO VELHO APOSTA EM TECNOLOGIA PARA AMPLIAR CONTROLE SOBRE DINHEIRO PÚBLICO

A transparência na gestão dos recursos públicos é um dos pilares fundamentais para o fortalecimento da democracia e para a construção de uma sociedade mais justa e participativa. Nesse contexto, a instalação do primeiro Impostômetro e Gastômetro na região Norte de Porto Velho, representa um avanço significativo no controle social e na fiscalização do dinheiro público. A iniciativa, capitaneada pela Acep (Associação Comercial e Empresarial) da capital, coloca a cidade em sintonia com práticas já consolidadas em outras regiões do país, promovendo um ambiente de maior clareza e responsabilidade na administração dos **tributos**.

O Impostômetro, ao exibir em tempo real a arrecadação tributária, e o Gastôme-tro, ao detalhar os gastos, por enquanto, apenas da saúde pública oferecem à população ferramentas concretas para acompanhar de perto o fluxo de recursos. Essa transparência não apenas informa, mas também educa, estimulando o debate sobre a importância dos **tributos** e a necessidade de sua correta aplicação. A tecnologia, nesse caso, se alia à educação fiscal, promovendo uma cidadania mais ativa e consciente.

É importante reconhecer que a simples exposição dos números não resolve, por si só, os desafios históricos da má gestão e do desperdício de recursos. No entanto, iniciativas como essa criam um ambiente propício para o diálogo entre governo e sociedade, fortalecendo o controle social e pressionando por maior eficiência e responsabilidade na aplicação do dinheiro público. A consulta pública ao painel reforça o compromisso com a prestação de contas, um valor essencial para qualquer administração que se pretenda democrática.

Por outro lado, é preciso ponderar que a transparência, para ser efetiva, deve vir acompanhada de mecanismos de participação e de educação continuada. Não basta apenas mostrar quanto se arrecada e quanto se gasta; é fundamental que a população compreenda o significado desses números e saiba como utilizá-los para cobrar melhorias e propor soluções. O risco de uma transparência meramente formal, sem engajamento real da sociedade, é que os painéis se tornem apenas mais um dado estatístico, sem impacto concreto na vida das pessoas.

Além disso, a iniciativa deve ser vista como um ponto de partida, e não de chegada. O acompanhamento dos gastos na saúde é um passo importante, mas outros setores igualmente relevantes, como educação, segurança e infraestrutura, também merecem atenção. A ampliação do projeto para outras áreas pode potencializar ainda mais os benefícios da transparência e do controle social.

Porto Velho, ao adotar o Impostômetro e o Gastômetro, sinaliza para a necessidade de uma nova cultura de gestão pública, baseada na abertura de dados, no diálogo e na corresponsabilidade entre Estado e sociedade. Cabe agora aos cidadãos, às entidades e ao poder público aprofundar esse caminho, transformando a informação em participação efetiva e, sobretudo, em melhorias concretas para a população.

Site: https://flip.maven.com.br/temp_site/issue-0508202507%20-%200b7c7c5f2e3e1b2053aa782dfa0dd31b.pdf

A dinâmica do caos - ELIANE CANTANHÊDE

ELIANE CANTANHÊDE

Quanto mais Jair Bolsonaro estica a corda e confronta, mais o ministro Alexandre de Moraes reage endurecendo as medidas cautelares. É assim que os dois vão acostumando a sociedade com a possibilidade de prisão do ex-presidente após a condenação final pelo Supremo, prevista para setembro, por tentativa de golpe.

Quando, e se, ocorrer, a prisão definitiva já terá sido "naturalizada" até pelos bolsonaristas.

Há, porém, um obstáculo no meio do caminho: a chantagem de Donald Trump, exigindo o fim imediato dos processos contra Bolsonaro, em troca do recuo da tarifa de 50% para grande parte de produtos exportados pelo Brasil para os EUA. Moraes não tem alternativa. Ceder a Trump está fora de cogitação.

Ao confrontar Moraes, o Supremo e as instituições, mais e mais, Bolsonaro só agrava a sua própria situação jurídica e a do filho 03, Eduardo Bolsonaro, também adepto da tática de provocação.

De outro lado, ao reagir com tornozeleira e agora com prisão preventiva, Moraes pode agravar a retaliação de Trump contra ele, sua família, os colegas ministros, o Supremo, as indústrias, os empregos e o **PIB** do Brasil. E não tem saída.

Depois da tornozeleira e da restrição de circulação e comunicação, Bolsonaro sabia o que estava fazendo, ao entrar no domingo, ao vivo, pelo celular do senador Flávio Bolsonaro, num ato ostensivo contra o STF e a soberania brasileira. São movimentos combinados com Eduardo Bolsonaro, que ataca governadores, presidente da Câmara, aliados e até o porta-voz do grupo, deputado Nikolas Ferreira.

Nikolas engoliu em seco e foi ao ato da Avenida Paulista, mas Tarcísio de Freitas, Ratinho Júnior, Romeu Zema e Ronaldo Caiado não deram as caras.

Cada um tem lá o seu pretexto, mas vamos combinar?

Como um governador poderia ir a ato contra o STF e de adoração a Trump, algoz do Brasil?

No dia seguinte, horas antes da decretação da prisão domiciliar de Bolsonaro, o peculiar senador Marcos do Val pousou no aeroporto de Brasília, foi recebido pela PF e também ganhou tornozeleira, por desdenhar da proibição de sair do País e usar um passaporte diplomático escondido em casa.

Coincidência de datas? Ou parte da provocação?

Moraes devolve aprofundando as cautelares, inclusive uma nova busca e apreensão contra Bolsonaro, mas as armas e as sanções de Trump continuam viradas para o Brasil: as investigações com base na Seção 301, até do Pix e da Rua 25 de Março, e o veto a negócios com a Rússia.

Todos os lados estão radicalizando e a pergunta imediata é: como fica o início do tarifaço nesta quarta-feira, 6/8? Que surpresa Trump nos reserva? I COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO E DA RÁDIO JORNAL (PE)

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Câmbio cai 0,69% com sinais de interferência de Trump na economia

Após passar o dia todo em baixa, o dólar comercial fechou o pregão ontem em queda de 0,69%, a R$ 5,506. No mundo todo, os mercados reagiram aos sinais de interferência do presidente Donald Trump no Escritório de Estatísticas do Trabalho (BLS, na sigla em inglês) e no Federal Reserve (Fed, o banco central americano), o que poderá minar a credibilidade da política econômica americana, incluindo aí uma queda na taxa básica de juros.

O sinal mais forte de interferência veio com a demissão da chefe do BLS, Erika McEntarfer. Após o órgão divulgar dados negativos sobre a geração de empregos em julho, na sexta-feira, Trump anunciou que pediría a demissão da diretora do órgão; no fim de semana, levou a cabo a decisão.

-Isso cria um pouco de insegurança, um pouco de incerteza, na medida em que esse órgão de estatísticas é o responsável por acompanhar duas das medidas que vão ser das mais importantes para a economia americana nos próximos meses, o próprio mercado de trabalho e a **inflação** -disse ao GLOBO Paula Zogbi, estrategista-chefe da fintech Nomad, lembrando que o BLS calcula um dos índices de preços ao consumidor acompanhados por investidores.

Para operadores de mercado ouvidos pela agência Bloomberg, o dólar poderá entrar numa tendência de queda na taxa de câmbio perante outras moedas, porque existe o risco de que investidores desvalorizem os ativos dos EUA devido a ameaças à independência da apuração de dados econômicos e da política monetária americana. Essas preocupações já afetaram o dólar desde o início do ano e levaram alguns fundos a se afastarem de títulos e ações dos EUA.

- Infelizmente, estamos testemunhando novas e sérias tentativas de concentrar cada vez mais poder nas mãos da Casa Branca -disse à Bloomberg Robert Bergq-vist, economista sênior do grupo financeiro sueco SEB AB, em Estocolmo. -Tudo isso justifica prêmios de risco mais altos para manter diferentes ativos americanos.

As preocupações com a politização das instituições dos EUA também surgem em um momento em que há sinais de desaceleração da economia. Um claro sinal de esfriamento da atividade foram justamente os dados de emprego que custaram o emprego de McEntarfer. Na sexta-feira, as cotações do dólar caíram perante outras moedas, por causa dos dados do BLS.

JUROS EM BAIXA

Uma economia mais fraca também favorece um cenário em que o Fed volte a cortar os juros básicos da economia americana. E a eventual interferência de Trump na política de juros reforça esse quadro. Além de fazer críticas públicas, inclusive com o uso de apelidos, à gestão do presidente do Fed, Je-rome Powell, Trump ganhou na semana passada a oportunidade de partir para a ação. Na sexta-feira, uma das diretoras do Fed, Adriana Kugler, anunciou sua renúncia e, portanto, a Casa Branca terá que escolher um substituto para ela -dependendo do nome escolhido, pode significar uma redução de influência de Powell na diretoria.

Segundo Ian Lopes, economista da gestora brasileira Valor Investimentos, no pregão de ontem, a perspectiva de cortes na taxa básica de juros nos EUA influenciou tanto na queda do dólar ante o real quanto na alta do Ibovespa, principal índice de ações da Bolsa brasileira. Queda de juros nos EUA aumentam o apetite dos investidores por risco, o que tende a beneficiar mercados emergentes, como o brasileiro, completou Lopes.

O Ibovespa registrou alta de 0,40% ontem, a 132.971 pontos, devolvendo boa parte das perdas observadas na última sexta-feira. As ações da Vale foram destaque, com valorização de 0,80%, a R$ 54,18, acompanhando a alta do minério de ferro na Bolsa de Dalian.

*Com agências internacionais

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Acordo com UE é urgente, diz câmara francesa

A adoção de tarifas contra todo o restante do mundo pelos Estados Unidos exige que as relações comerciais do Brasil sejam intensificadas. E um caminho para isso é a ratificação do acordo entre União Européia e Mercosul, defende Thicrry Besse, presidente da Câmara de Comércio França-Brasil de São Paulo (CCIFB-SP).

"Tudo o que vem acontecendo só torna, mais uma vez, evidente e necessário o aprofundamento da integração econômica entre União Européia e Mercosul", afirmou, Besse, um franco-brasileiro cjue é também diretor institucional da Vinci Con-cessions, operadora de aeroportos c rodovias. A entrevista ocorreu no dia 30, poucos minutos depois que o presidente dos EUA, Donald Trump, assinou o decisão de tarifar o Brasil em 50% c três dias após EUA e UE fecharam o acordo comercial com tarifa de 15% para a maior parte das exportações europeias.

"Precisamos, com urgência, avançar na integração desses blocos c, em particular, no que nos compete, nas relações entre França e Brasil, porque aqui há previsibilidade, confiança, visão de longo prazo e parceria", clissc.

Entusiasta do acordo UE-Merco-sul, ele ressaltou que o pacto beneficiaria ambos os blocos e cspccial-mente a relação comercial entre França e Brasil. "Esperamos uma ratificação rápida, porque o tempo está passando e a necessidade desse acordo está cada vez mais evidente."

A CCIFB-SP é uma das quatro unidades regionais da Câmara de Comércio França-Brasil no país. A regional paulista reúne mais de 70% das 500 empresas associadas. A ampla maioria defende a ratificação do acordo UE-Mercosul, diz Besse.

O acordo criaria um mercado de mais de 750 milhões de consumidores, cerca de 10% da população mundial, e um Produto Interno Bruto de aproximadamente US$ 22 trilhões, cerca de 20% do **PIB** global.

Mas é da França que vem a maior resistência - embora haja possibilidade de mudança, dada a atual insatisfação do próprio presidente francês, Emmanuel Macron, e de outros líderes europeus com o recente acordo entre UE e EUA.

"O mundo parece cada vez mais turbulento e insano. Diante desse cenário desafiador para agentes econômicos fica claro que parcerias de longo prazo e relações de confiança são cada vez mais importantes. O que podemos constatar, a câmara é testemunha viva disso, porque acabou de festejar seus 125 anos, é que a relação França-Brasil é sólida", disse Besse, sem comentar diretamente a decisão dos EUA.

"O investimento francês no Brasil e as relações comerciais se desenvolvem, de certa forma, independentemente dos próprios ciclos políticos. As empresas francesas investem no Brasil com visão de longo prazo, e isso é bastante saudável para a relação econômica entre os dois países."

Para ele, os sinais são de manutenção e crescimento da relação. Besse diz que, apesar da volatilidade econômica brasileira, empresas e investidores franceses têm permanerido no país. Dados da Câmara apontam para 1,3 mil filiais de empresas francesas no Brasil, que, juntas, empregam mais de 500 mil pessoas e, em 2024, faturaram mais de 61 bilhões (cerca de RS 390 bilhões).

"Isso dá duas vezes o faturamento da Vale", que foi de R$ 206 bilhões em receita líquida em 2024, "ou quase o da Pctrobras", que foi de RS 490,8 bilhões no mesmo ano, "ou seja, um volume bastante significativo", comparou Besse.

O presidente da CCIFB-SP disse

que a relação econômica dos dois países vive momento positivo, com o Brasil se consolidando como destino "privilegiado" de investimentos franceses. "A França não está concentrada cm uma parcela só dos setores econômicos. É um investimento que perfaz todos eles, da indústria aeronáutica, defesa, passando por varejo, infraestrutura, energia até luxo." Segundo o Banco Central (BC), a França é o terceiro maior investidor estrangeiro do Brasil, com estoque de US$ 66,3 bilhões, em 2023, atrás apenas da Espanha (US$ 66,7 bilhões) e dos EUA (US$ 272,8 bilhões). O país é ainda o segundo mercado emergente com mais investimentos franceses, atrás apenas da China, de acordo com a CCIFB.

Entre setores em que investimentos franceses têm

sido mais presentes no país, ele destaca o de transição energética, em que empresas francesas têm atuação relevante, construindo c investindo em usinas solares, sobretudo no Nordeste, "mas não somente", e em energia eólica.

Besse acredita que, embora o investimento francês no Brasil seja "muito forte, há muito tempo", ainda há espaço para crescimento, sobretudo no fluxo comercial Em 2024, ele foi de US$ 9,1 bilhões entre os dois países, montante considerado ainda "modesto" pela CCIFB-SP, e que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já disse ser "uma vergonha" dado o tamanho das duas economias.

Para Besse, o acordo UE-Mercosul pode impulsionar o fluxo, especialmente para pequenas e médias empresas, as PMEs, que enfrentam maior dificuldade para acessar mercados externos. "Há muito potencial ainda para a exportação de empresas francesas em direção ao Brasil e no sentido contrário", diz.

O acordo, cm um primeiro momento, diz, facilitaria exportações das PMEs, sobretudo as de base industrial - já que prevê a redução gradual de tarifas entre os blocos - e, depois, implantações locais, com novas unidades fabris, que "gerariam" mais emprego e renda.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188287?page=1&section=1

INSS cancela permissão de 8 associações para crédito consignado em benefícios de aposentados

Por Marina Franceschini, GloboNews e g1 - Brasília

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) anunciou, nesta terça-feira (8), o cancelamento da autorização para que oito entidades associativas realizem novas operações de crédito consignado utilizando a folha de pagamento de benefícios de aposentados e pensionistas.

Veja a lista de associações que tiveram o convênio cancelado:

CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.HBI Sociedade de Crédito Direto S.A.Banco Seguro S.A.Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e InvestimentoCasa do Crédito S.A. - Sociedade de Crédito ao MicroempreendedorValor Sociedade de Crédito Direto S.A. (Valor Financiamentos)Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNBBanco Industrial do Brasil S/A

Esta é a primeira vez que o **INSS** cancela acordos de cooperação técnica dessa natureza com entidades.

O cancelamento ocorre após uma operação da Polícia Federal (PF) revelar, em abril deste ano, um esquema bilionário de fraudes em descontos de benefícios do **INSS**.

??As entidades investigadas cobravam mensalidades de aposentados e pensionistas, sem autorização. Os desvios ocorreram entre 2019 e 2024 e podem chegar a R$ 6,3 bilhões, segundo as estimativas.

De acordo com o instituto, a decisão foi tomada com base em um processo administrativo que comprovou o descumprimento, por parte dessas instituições, dos requisitos necessários para oferecer o serviço de forma adequada e digna aos segurados do **INSS** .

Ressarcimento de vítimas

Os aposentados e pensionistas que tiveram descontos indevidos relacionados à fraude no **INSS** começam a receber os valores de volta em 24 de julho.

O prazo para contestação de descontos indevidos vai até 14 de novembro de 2025. Já a adesão ao acordo continuará disponível após essa data.

??Segundo o governo, podem aderir ao plano de ressarcimento os beneficiários que contestaram os descontos e não receberam resposta das entidades envolvidas. Ao todo, quase 1 milhão pessoas já aderiram à devolução - quase metade dos 2,05 milhões de beneficiários aptos.

De acordo com o **INSS**, os pagamentos serão feitos diretamente na conta em que o benefício é recebido, com correção pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), sem necessidade de informar dados bancários.

Todo o processo será feito por via administrativa, sem ação judicial, informou o instituto.

Ao aderir ao acordo, o segurado concorda em receber o ressarcimento por meio administrativo e renuncia ao direito de processar o **INSS** futuramente pela fraude. No entanto, ainda é possível acionar judicialmente as associações responsáveis pelos descontos.

?? ATENÇÃO: O **INSS** reforça que não envia links por WhatsApp, e-mail ou SMS.

Site: https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/08/05/inss-cancela-permissao-de-8-associacoes-para-credito-consignado-em-beneficios-de-aposentados.ghtml